

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: uma experiência, pós pandemia, dos desafios cotidianos no IFPB Cabedelo

Kelly Samara do Nascimento Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo traz a discussão acerca dos desafios no IFPB campus Cabedelo frente a implementação da Política de Assistência Estudantil (Resolução 16/2018). Iremos contextualizar a política de educação brasileira, a assistência estudantil e sua operacionalização por parte do serviço social tendo como base o Programa de Assistência Estudantil efetivada através do decreto 7.234/2010 o qual regulamenta a assistência estudantil em âmbito nacional e tem por finalidade a ampliação das condições de permanência dos jovens na educação. Nos aportamos na literatura sobre a temática assim como nos documentos oficiais da instituição, constituindo uma pesquisa bibliográfica e documental, quanto aos procedimentos adotados constitui-se como exploratória, descritiva e diagnóstica baseada no método histórico dialético. Com o resultado podemos confirmar a hipótese da contribuição dos programas da Política de Assistência Estudantil sobre a formação dos estudantes.

**Palavras-chave:** Educação, assistência estudantil e serviço social.

### ABSTRACT

This article discusses the challenges at the IFPB campus Cabedelo in the face of the implementation of the Student Assistance Policy (Resolution 16/2018). We will contextualize the Brazilian education policy, student assistance and its implementation by the social service based on the Student Assistance Program implemented through Decree 7.234/2010 which regulates student assistance at the national level and aims to expand the conditions of permanence of young people in education. We contribute in the literature on the subject as well as in the official documents of the institution, constituting a bibliographical and documental research, regarding the adopted procedures, it constitutes as exploratory, descriptive and diagnostic based on the dialectical historical method. With the result we can confirm the hypothesis of the contribution of the Student Assistance Policy programs on the formation of students.

**Keywords:** Education, student assistance and social service.

<sup>1</sup> Assistente social do IFPB campus Cabedelo, membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Pedagógicas, Humanas e Social – GPEPHS – kelly.silva@ifpb.edu.br

PROMOÇÃO



APOIO



## 1 INTRODUÇÃO

O processo de construção da educação no Brasil, mais precisamente no contexto da educação profissional e tecnológica, a contribuição da assistência estudantil na vida dos discentes e a inserção do serviço social nesse processo, versará a espinha dorsal do presente artigo, o qual objetiva apresentar os desafios imposto pós pandemia na operacionalização da política de assistência estudantil frente a demanda apresentada. O primeiro trimestre do ano de 2020 marca, em nível mundial, a crise sanitária, social e econômica por causa da pandemia da COVID-19.

No caso do Brasil com uma acentuada desigualdade social somadas as respostas tardias do governo com ações de enfrentamento à disseminação do vírus no país, fizeram com que muitos brasileiros sofressem com as consequências de uma pandemia sem precedente neste século. Várias questões sociais eclodiram desnudando a inexistência e/ou a precarização das políticas públicas e em especial a política educacional. O impacto na permanência dos estudantes no ensino remoto se mostrou um grande desafio para os educadores e em especial para os assistentes sociais pois com a introdução do ensino remoto e o distanciamento social as relações tiveram que ser adaptadas requerendo do profissional de serviço social uma atuação reinventada buscando com criatividade formas de adaptações dos seus instrumentos a fim de minimizar os impactos advindos pela atual conjuntura.

A Política de Assistência Estudantil traz aos estudantes acesso a um conjunto de princípios e diretrizes que visam assegurar o ingresso, a permanência e a conclusão dos seus estudos, para tanto e por causa de um orçamento limitado essa política não se coloca disponível à todos os estudantes. Iremos apontar através dos dados inseridos no Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP) como essa política é gestada no campus Cabedelo e os seus impactos na formação dos estudantes.

A Educação no país se apresenta na perspectiva de diminuir as desigualdades sociais vivenciadas na sociedade brasileira. O reconhecimento da Educação como direito fundamental aparece efetivamente na Constituição Brasileira em seu artigo

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de  
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” Apontado para o princípio de igualdade de condições e permanência na escola, a Lei de Diretrizes de base (LDB) foi aprovada em 1996. A partir da década de 90 com a promulgação da Constituição de 1988 o cenário da política social no Brasil, entre elas a Educação, começa a ganhar forma, principalmente porque há uma maior participação da sociedade civil organizada nas discussões da política.

A política educacional no Brasil passou e passa por uma construção difícil e lenta, muito do que se tem conquistado é fruto das lutas dos movimentos reivindicatórios por reestruturação, leis e reformas que apontassem para a construção de um sistema educacional de qualidade para todo cidadão brasileiro.

A educação profissional e tecnológica no Brasil remete a qualificação de mão de obra para o mercado de trabalho, contudo seu surgimento remonta a uma perspectiva assistencialista se modificando para atender a preparação de operários para o exercício profissional com as chamadas “Escolas de Aprendizes de Artífices”. Com a importância que a educação passou a ter dentro do país e as constantes defesas de uma educação profissional voltada para o cidadão, a partir dos anos 80, a educação profissional passou a ser entendida numa perspectiva de formação integral.

Depois de vários movimentos de lutas e resistências contra a extinção dessa modalidade de ensino, em 2008 o governo federal publica a lei de criação da *Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica*, e cria os *Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* os quais possuem uma estrutura de multicampi com a oferta de educação superior, básica e profissional.

O papel que o profissional de serviço social ocupa na política de educação vem, ao longo dos anos, se consolidando no sentido de uma atuação voltada para busca da qualificação do serviço, aproximando os usuários da política e com a importante função de ser um elo entre a família, escola e sociedade. Em suma o papel

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



do serviço social na educação visa identificar e atender as demandas provenientes das expressões da questão social tão latentes dentro do ambiente escolar, contudo tão pouco este profissional irá atuar de forma isolada, é necessário lembrar e fortalecer a importância da equipe multiprofissional no âmbito acadêmico.

A presente pesquisa assume um caráter de pesquisa bibliográfica e exploratória através do levantamento de dados pelo Sistema Unificado da Administração Pública (SUAP). Utilizaremos o referencial teórico baseado no materialismo histórico dialético pois permite compreender os processos sobre as múltiplas determinações: social, cultural, econômica e territorial (MINAYO, 2014).

## 2 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A EDUCAÇÃO NO BRASIL

O sistema neoliberal teoria baseada num conjunto de ideias políticas e econômicas que defendem a participação do Estado de forma mínima, deixando a atuação do mercado livre torna-se, entre os anos 80 e 90, no Brasil, a via utilizada para dar resposta à conjuntura vivida. Ancorado na hegemonia ideológica e política, o neoliberalismo criou sociedades desiguais, com um discurso voltado para privatizações das empresas estatais e o crescente desemprego em detrimento das políticas sociais.

Segundo Netto, para o neoliberalismo o Estado é mínimo quando se refere a “questão social” e máximo quando se tratar de questões relacionadas ao capital, capitaneado pela burguesia.

A grande burguesia monopolista tem absoluta clareza da funcionalidade do pensamento neoliberal e, por isto mesmo, patrocina a sua ofensiva: ela e seus associados compreendem que a proposta do ‘Estado mínimo’ pode viabilizar o que foi bloqueado pelo desenvolvimento da democracia política – o Estado máximo para o capital. (2012, p. 89).

O posicionamento da política neoliberal frente à Educação pode em muitas vezes parecer paradoxal, estando inteiramente voltada para transformar a política de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

educação numa mercadoria que favoreça as demandas econômicas, principalmente através do ensino tecnológico.

Segundo Florestan Fernandes apud Frigotto, para a classe dominante brasileira a educação não passa de um assunto menor, ou seja, não faz parte dos interesses de um projeto nacional e sim a afirmação de um sistema dependente. Os governos anteriores sempre tiveram suas ações baseadas na agenda destinada aos países em desenvolvimento com o objetivo de se adequar aos interesses dos grandes centros hegemônicos.

Segundo Frigotto:

Este ideário foi tornado agenda prática nos oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso de forma competente e segundo os ditames do que foi conhecido como o Consenso de Washington, ou a cartilha do ajuste dos países dependentes para se adequarem aos objetivos dos centros hegemônicos do sistema capital mundial.

A LDB reitera a Carta Magna colocando a Educação como um dos pilares básicos para formação do indivíduo e desenvolvimento de sua cidadania, tendo como base a universalização do atendimento aos princípios da democratização do acesso, permanência, gestão e qualidade social. Apesar de todo embate travado ao longo de quase 10 anos de discussão no Congresso Nacional, é aprovada ainda com algumas questões a despeito da forte influência do Banco Mundial.

O acesso à Educação foi ampliado ao longo dos anos, todavia com o investimento na educação pública de forma precarizada em detrimento da educação privada, a qual possui todo aporte do ideário neoliberal com investimentos que direcionam para a demanda do mercado.

São muitos os desafios e dilemas da Educação no Brasil, um deles apresenta-se na necessidade de um maior investimento, apesar de já observarmos esforços de ampliação da iniciativa pública. Um desses incentivos se dá na educação profissional e tecnológica que nos anos dos governos do Partido dos Trabalhadores apresentou um crescimento exponencial no que se refere aos investimentos, tanto para criação de unidades como em concurso público, atribuindo a este a responsabilidade de inclusão dos menos favorecidos e discriminados socialmente na área da Educação.

PROMOÇÃO



APOIO



## 2.1 Educação Profissional e tecnológica

A Lei 11.879/2008 que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET) e institui a Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e o governo passa a ofertar educação profissional e tecnológica em todos os níveis, desde a educação básica até a educação superior. Os Institutos Federais passam a constituir-se como centros de excelência na oferta do ensino, com estímulo à pesquisa e tecnologias com ênfase ao fortalecimento e consolidação dos arranjos produtivos locais.

Como princípio em sua proposta político-pedagógica, os Institutos Federais deverão ofertar educação básica, principalmente em cursos de ensino médio integrado à educação profissional técnica de nível médio; ensino técnico em geral; graduações tecnológicas, licenciatura e bacharelado em áreas em que a ciência e a tecnologia são componentes determinantes, em particular as engenharias, bem como, programas de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*, sem deixar de assegurar a formação inicial e continuada de trabalhadores. (PACHECO, 2010, p. 20).

O modelo institucional e a proposta pedagógica dos Institutos Federais (IF) são concebidos, segundo Pacheco, a partir de um viés inovador e que tem suas bases em um conceito de educação profissional e tecnológica diferenciada, pois permite uma verticalização da educação básica a superior, permitindo assim a atuação dos docentes em diferentes níveis de ensino e dos discentes em um espaço que possa ser utilizado ao longo da formação acadêmica.

Na necessária articulação com outras políticas sociais, os Institutos Federais devem buscar a constituição de Observatórios de Políticas Públicas, tornando-as objetos de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articulada com as forças sociais da região. É neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional. (PACHECO, 2010, p. 09).

Na Paraíba o IF possui 21 unidades entre campus e campus avançados, são eles: Cabedelo, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Monteiro, Patos, Picuí, Princesa

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Isabel, Santa Rita, Sousa e Santa Luzia. Os Campi Avançados são: Cabedelo Centro, João Pessoa Mangabeira, Soledade, Areia e Pedras de Fogo.

O campus, lócus de pesquisa e discussão deste artigo, está situado na cidade de Cabedelo. Cidade portuária que fica na península entre o Oceano Atlântico e o Rio Paraíba, sua economia está baseada nas atividades pesqueiras, portuárias e turísticas. A cidade possui o segundo maior Índice de Desenvolvimento Humano do estado da Paraíba (IDH = 0,748). Enquanto o IDH do Estado está no nível médio (0,658) o de Cabedelo se situa numa faixa alta, devido às dimensões de longevidade com índice de 0,822, seguido do índice de renda 0,782 e do índice da educação 0,651.

O campus Cabedelo funciona efetivamente na cidade desde setembro de 2009, situado no Jardim Cambinha, oferece os Cursos Técnico Integrado ao Médio em: Recurso Pesqueiro, Meio Ambiente e Multimídia e os Curso Superior de Tecnologia em Design Gráfico e Licenciatura em Ciências Biológicas. O campus oferta ainda as modalidades de Cursos Técnico Subsequente ao Médio em Meio Ambiente e Química e o Ensino de Jovens e Adultos.

Apesar da cidade de Cabedelo ter o segundo maior IDH do Estado, encontramos no público do IFPB campus Cabedelo, alunos oriundos de famílias com poder aquisitivo de baixa renda, ademais, em pesquisa realizada no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nos mostra que 39,2% dos domicílios têm o rendimento mensal per capita de meio salário-mínimo.

Em análise ao perfil dos estudantes ingressantes no IFPB campus Cabedelo observamos que 42% destes possuem renda familiar entre 0,5 e 1,5 salários-mínimos, e tendo como principal responsável financeiro a figura paterna.

## 2.1 Política de assistência estudantil

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi criado com o objetivo de ampliar as condições de permanência e diplomação dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na política de educação, reduzir as taxas

PROMOÇÃO



APOIO





de retenção e evasão, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, além de contribuir para a promoção da inclusão social através da educação (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Regulamentado em 2010 através de decreto o PNAES, reconhece a assistência estudantil como direito de cidadania estabelecendo diretrizes e regras como forma de mitigar as desigualdades regionais e sociais ampliando e democratizando o acesso e permanência dos jovens na educação.

Com o foco nos estudantes de baixa renda e oriundo de escola pública, o PNAES constitui-se também como um importante instrumento de combate a retenção e evasão escolar e suas ações se apresentam como um importante instrumento na garantia de acesso e permanência dos estudantes da classe trabalhadora ao ensino de qualidade.

Como versa o decreto, as instituições são obrigadas a definir critérios e metodologia de seleção para a seleção dos estudantes. A política de assistência estudantil foi instituída no IFPB por meio da Política de Assistência Estudantil no ano de 2011, através da resolução nº 40 de 06 de maio de 2011 do Conselho Superior(CS) da Instituição, e tem como finalidade assegurar a permanência e conclusão dos estudantes em condições de vulnerabilidade social, comprometida com a liberdade, equidade e justiça social.

No ano de 2018 começaram as discussões para a reformulação da política uma vez que não atendia às especificidades da atual conjuntura. Foi composta uma comissão de assistente sociais para a revisão e elaboração de uma nova política. O trabalho da comissão partiu da premissa de definir o que seja, no âmbito acadêmico Vulnerabilidade Social, a qual foi apresentada: *As vulnerabilidades sociais vinculam-se ao contexto de empobrecimento da classe trabalhadora, relacionadas a dificuldades materiais para a manutenção da sobrevivência, e, também, as situações de discriminação e violação de direitos, pois essas interferem na forma de viver dos trabalhadores e de suas famílias.*

A Política de Assistência Estudantil (PAE) é gestada no IFPB através da concessão de benefícios de forma universal e por processos seletivos através da

PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

**XI** Jornada  
Internacional  
Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

publicação de edital para atender estudantes que se encontram em situações de vulnerabilidade socioeconômica, conforme a resolução 16/2018 CS-IFPB.

Art. 1º A Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB), em consonância com seu Estatuto e Regimento Geral, dar-se-á mediante o estabelecimento de um conjunto de princípios e diretrizes estratégicas, materializado por meio de programas que visam assegurar aos educandos o acesso, a permanência e a conclusão do curso, na perspectiva de formar cidadãos éticos para atuarem no mundo do trabalho e na construção de uma sociedade inclusiva, justa, sustentável e democrática.

Os programas da PAE operacionalizados no campus Cabedelo são: Programa de Apoio a Permanência do Estudante (PAPE), Programa Alimentação, Programa Emergencial de Inclusão Digital (ID), Programa de Atenção e Promoção à Saúde, Programa de apoio à participação em eventos e o Programa de Material Didático-Pedagógico, sendo apenas estes últimos disponibilizados de forma universal, os demais programas são geridos por meio de processo seletivo, por programa, no qual o estudante precisa obter o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS).

O IVS é um índice que reflete, numericamente, a vulnerabilidade do estudante através de um conjunto de indicadores e variáveis sociais e econômicas, permitindo o detalhamento das condições de vida dos estudantes apresentadas por meio de documentos anexados na inscrição em processo para esse fim, esse processo é analisado pela profissional de serviço social. Através desse índice é gerado a classificação nos editais de seleção para os programas nos quais os estudantes se submetem. No ano letivo de 2022 publicamos 03 editais para obtenção do IVS, sendo 02 no primeiro semestre e 01 no segundo semestre, e no total foram publicados 11 editais referentes aos programas da PAE.

O PAPE é o um programa de transferência de renda que objetiva atender as necessidades dos estudantes para manutenção durante seu período de formação na instituição, de acordo com a resolução 16/2018 CS-IFPB:

Art. 7º O Programa de Apoio à Permanência do Estudante tem por objetivo oferecer suporte financeiro para atendimento às

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



necessidades de manutenção do estudante na Instituição, com vistas ao desenvolvimento acadêmico e à conclusão do curso com êxito. § 1º A quantidade de estudantes a ser atendida pelo Programa de Apoio à Permanência do Estudante será definida a partir do planejamento orçamentário dos campi.

A coordenação e execução da política de assistência estudantil do campus ficam sob a responsabilidade da Coordenação Pedagógica e de Apoio ao Estudante (COPAE), a qual conta com a equipe de pedagogas, psicóloga e assistentes sociais. O serviço social como profissão fica responsável pela coordenação da política, de acordo com a resolução 16//2018 (CS-IFPB):

Art. 19. O Serviço Social, como profissão importante na definição das necessidades demandadas pelos estudantes, integrará a Política de Assistência Estudantil do IFPB.

Parágrafo único. Ao assistente social, no uso de suas atribuições, compete:

I – articular as ações da Política de Assistência Estudantil no campus onde atua;

II – agir no planejamento, execução e avaliação da Política de Assistência Estudantil no campus onde atua, conjuntamente com os demais profissionais que a integram;

As profissões de pedagogia e psicologia contribuirão no desenvolvimento da política em suas áreas de atuação. A psicologia voltada para uma atuação psicopedagogia e a pedagogia nas questões relacionadas ao ensino-aprendizagem. Além da execução da PAE, o setor de serviço social trabalha em ações integradas com essas profissões desenvolvendo um trabalho multidisciplinar, as quais visam à integração dos discentes em atividades de sensibilização com relação às normas e regulamentos da Instituição, assim como a apresentação da Política de Assistência Estudantil nas turmas do integrado, subsequente e superior com a finalidade de promover o conhecimento dos estudantes aos seus direitos e deveres na Instituição; Promoção de momentos de integração dos alunos novatos; Reuniões com os pais dos discentes; Reuniões com os Coordenadores de cursos e Direção.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



As competências do profissional de serviço frente à Política de Assistência Estudantil do IFPB vão além da operacionalização da própria Política. O assistente social além de ser responsável por coordenar a Política no campus de atuação precisa articular com outros profissionais a fim de contribuir para a formação acadêmica e humanista do discente através do diagnóstico de questões que possam comprometer o processo de ensino aprendizagem. O referencial teórico que deve envolver a prática profissional precisa estar alicerçado na captura das determinações que envolvem o fazer profissional em sua totalidade, possibilitando a apreensão da realidade considerando os aspectos sócio históricos presentes no cotidiano da escola.

### 3 CONCLUSÃO

O público alvo da PAE refere-se aos estudantes que se encontra em situação de vulnerabilidade socioeconômica, conforme explanamos acima a vulnerabilidade é mensurada através da constituição do índice de cada discente, o qual gera um valor que é denominado índice de vulnerabilidade social e que deve ser usado pelo estudante nos processos seletivos para os programas da política.

Para uma gestão eficiente no que se refere a aplicação dos recursos financeiros destinados à assistência estudantil, a equipe gestora se reuni no início de cada ano letivo para o planejamento orçamentário e definir estratégias para execução. O campus Cabedelo recebeu para o ano de 2022, um orçamento para assistência estudantil no valor de R\$ 1.027.660,00 (um milhão, vinte e sete mil e seiscentos e sessenta reais), destinado para execução nos editais de auxílio financeiro, auxílio alimentação, auxílio inclusão, pesquisa, extensão e demais programas já mencionados.

Para efeito da presente pesquisa, delimitamos a análise dos dados aos estudantes inseridos no Programa de Apoio a Permanência do Estudante (PAPE) que objetiva a transferência de um aporte financeiro ao estudante contemplado para contribuir ao atendimento às suas necessidades de manutenção na instituição. A

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



partir da autonomia que cada campus tem para definir os valores para este auxílio, em Cabedelo ficou estabelecido as seguintes faixas de atendimento entre R\$ 120,00 (cento e vinte reais) e R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), quanto maior a vulnerabilidade maior o IVS resultando assim a concessão na maior faixa de atendimento.

Com relação a quantidade de contemplados neste programa tivemos 368 (trezentos e sessenta e oito) estudantes de todas as modalidades de ensino, levando em consideração o número total de estudantes matriculados no IFPB campus Cabedelo, no ano de 2022 que foi de 950 estudantes, corresponde a cerca de 39% dos estudantes matriculados neste ano. Observando a configuração por modalidade de ensino os cursos técnicos integrados ao médio têm participação de 47,42% dos contemplados. Dos estudantes concluintes e contemplados por este programa, todos lograram êxito na conclusão do curso. Os cursos superiores tiveram 39,56%, e os cursos subsequentes com 13,02%.

Portanto podemos constatar, a partir dos dados levantado, a extrema relevância que o programa de apoio e permanência do estudante tem contribuído para a vida acadêmica no que se refere a permanência e conclusão nesta etapa de formação dos discentes.

Ademais, a equipe multiprofissional, a partir dos diferentes olhares profissionais, integram ações que contribuem para o desenvolvimento acadêmico e consequentemente com a assistência estudantil.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação Lei 11.897 de 29 de dezembro de 2008. Acessado em 16/03/2015 às 10h38min em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)

BRASIL. Constituição Federal, 1988

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

\_\_\_\_\_. Lei n. 11.892/2008 de 29 de dezembro de 2008. Institui Rede federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Publicado no DOU da 30.12.2008.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 39, de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil PNAES. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2023.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm)>. Acesso em: 10 abr. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores Sociais no Brasil – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org). Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

NETTO. J. Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 111. São Paulo, 2012.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Natal: IFRN, 2010.

FRIGOTTO(Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005b

IPEA. Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Disponível em: <[http://atlasbrasil.ipea.gov.br/2013/pt/o\\_atlas/o\\_atlas\\_/>](http://atlasbrasil.ipea.gov.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/>). Acesso em: 25 nov. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico, 2010. Site acesso em 16/02/2023 às 15:30

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo de Educação Superior. Brasília: INEP, 2009

MEC. Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com\\_content](http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=607&id=12302&option=com_content)> Acesso em maio/2022

MINAYO, M. C. de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: LDB, limite, trajetória e perspectivas. 8. ed. São Paulo: Autores Associados, 2003.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED, v.11, n.32, maio/ago. 2006, p.226-237.

## PROMOÇÃO



## APOIO

